

# A RESISTÊNCIA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO SEMI-ÁRIDO DO SUDOESTE DA BAHIA

Tânia Almeida da Silva  
[ttaniaalmeida@yahoo.com.br](mailto:ttaniaalmeida@yahoo.com.br)

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo[1], busca analisar os desdobramentos da atuação da ASA no semi-árido de Vitória da Conquista e o fortalecimento da Agricultura Camponesa: estudo de caso do Poço Cumprido e Matinha pretendendo promover a reflexão de como esse espaço de articulação política e regional da sociedade civil organizada no semi-árido brasileiro tem dado a sua contribuição para a permanência do camponês em sua terra. Assim sendo, serão analisados os sujeitos sociais envolvidos, bem como os movimentos sociais os a própria ASA (Articulação no Semi-Árido).

É importante ressaltar que nesse trabalho será analisado o espaço como dimensão da realidade que se configura como território e é construído por diferentes relações sociais, definindo novas configurações do campo brasileiro.

Nesse sentido será desenvolvido uma análise do momento atual de reflexões sobre a agricultura camponesa e seus conceitos por diversos autores, fazendo um contraponto com a agricultura familiar, as atividades de incentivo e de agroecologia promovido pela ASA, para que o camponês perceba a viabilidade de sua permanencia na própria terra e a ação que os movimentos sociais tem nessas comunidades buscando organizar politicamente propondo o debate e trazendo novas perspectivas para a Geografia Agrária nessa região..

[1] Trabalho sendo desenvolvido como dissertação de Mestrado.

## 2. JUSTIFICATIVA

O interesse em centrar este estudo no tema “A Atuação da ASA (Articulação no Semi-árido) no Semi-Árido de Vitória da Conquista e o fortalecimento da Agricultura Camponesa: no semi-árido de Vitória da Conquista” surgiu com o objetivo de investigar como a agricultura familiar X camponesa tem sido desenvolvida para os camponeses dessa região dando a eles e elas a possibilidade de tirarem da terra o seu sustento, mas não se sabe se a forma com que eles tem participado do processo produtivo, na prática, não negando seu passado (e presente) de luta, adotando uma postura capitalista. Neste sentido é importante ressaltar que o debate teórico acerca desses conceitos, campesinato e (versus) agricultura familiar, é mais complexo do que parece ser, por isso, demonstrando a sua grande relevância acadêmica.

Esse tema, sobretudo numa região assolada pela pobreza e pela falta de recursos para os agricultores que sofrem com as intempéries climáticas, impossibilitando dessa forma a muitos de manterem uma agricultura perene em suas propriedades, é de grande importância para a discussão da geografia agrária no semi-árido.

Relevante também é a discussão política que se desperta ao trazer à tona questões como a diferença entre agricultura familiar e agricultura camponesa, a presença do Movimento dos Pequenos Agricultores nessas duas comunidades e a maneira que os camponeses estão sendo inseridos no mercado, mas ao mesmo tempo buscando outras formas de se reproduzirem socialmente.

Neste sentido, o trabalho também dará uma contribuição à Geografia enquanto ciência e os estudos em Geografia Agrária em particular; para os trabalhadores rurais e camponeses, de forma que se dê visibilidade as suas formas de viver e se organizar socialmente, e estabelecer relações sociais e para a sociedade no sentido de demonstrar as viabilidades da vida no campo, indo de encontro à maior parte dos discursos em voga na Academia, que ao estabelecer como modelo a vida urbana e o paradigma de modernização acaba por condenar as formas de viver e se

reproduzir no campo; além de questionar ainda os discursos que apontam o semi-árido como inviável, ou as políticas de irrigação e açudagens como a única possibilidade, desmerecendo outras formas que permita a convivência com o semi-árido.

Enfim, o que se pretende é promover a reflexão por parte da comunidade acadêmica e fazer uma análise dos problemas políticos da região e da contribuição que a ASA tem dado para o fortalecimento da agricultura camponesa no Poço Cumprido e na Matinha, promovendo um debate para um entendimento do campo brasileiro em que se considerem os produtores diretos, os produtores da riqueza – os camponeses e trabalhadores rurais.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 GERAL**

- Analisar a atuação da ASA no semi-árido de VC e de que forma esta tem contribuído para o fortalecimento da agricultura camponesa.

#### **3.2 ESPECÍFICOS**

- Estabelecer um contraponto entre os conceitos de agricultura familiar x agricultura camponesa e de que forma estes se expressam na área de estudo
- Entender a configuração das relações sociais estabelecidas pelo campesinato e pela agricultura familiar no semi-árido do sudoeste baiano: estudo de caso das comunidades de Poço Cumprido e Matinha em Vitória da Conquista
- Analisar a organização política dos camponeses, nas comunidades de Poço Cumprido e Matinha, a atuação do MPA e suas estratégias de territorialização.
- Analisar a ASA (Articulação no Semi-árido) como uma política pública para a convivência com o Semi-árido).
- Entender a intervenção do Estado nas implementações de políticas públicas e observar as contradições que essas ações revelam.
- Compreender a trajetória da ASA enquanto uma iniciativa da sociedade civil até a participação do governo para a aquisição dos recursos financeiros para a construção das cisternas de placas e outros instrumentos para permanência do camponês no campo semi-árido.

## **4. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **4.1 DIMENSÃO CONCEITUAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA**

Nos últimos anos os conceitos de agricultura familiar e camponesa passaram por profundas modificações suscitando, assim, diversas pesquisas acadêmicas, inclusive esta, em diferentes áreas.

É de fundamental importância perceber e diferenciar o complexo conceito entre Agricultura familiar e Agricultura Camponesa. A Familiar, nasceu de um ideário político-economicista, tendo o mercado como único espaço possível de criação e recriação do campesinato (Fernandes, 2001). Esse conceito veio como forma de oposição ao conceito camponês, negando assim a história de luta construída e de resistência ao capital.

A agricultura camponesa ao contrário da familiar existe desde o início da história da agricultura, pois os camponeses envolvem a família no trabalho agrícola, sendo que a produção será para consumo da família e o excedente, esse sim, será vendido.

O campesinato no Brasil faz com que muitos estudiosos e pesquisadores do assunto discutam a real definição da agricultura camponesa pois, segundo Oliveira (2001) existem aqueles que querem defini-la com elementos que seriam para outra forma de agricultura, no caso a familiar, que traz uma espécie de “roupagem” nova aceita pelo sistema capitalista: e esses mesmos teóricos culpam uma determinada corrente que realmente especificam com precisão o que vem a ser agricultura camponesa. OLIVEIRA (2001) nos diz que:

Assim, a questão teórica que envolve a produção camponesa (ou de pequeno produtor de mercadorias) tem sido relegada a um plano secundário, embora todos saibam que aí reside um dos pontos de discórdia entre as várias vertentes teóricas. É assim que integrantes do primeiro grupo de autores preferem acusar aqueles que seguem a terceira corrente de abraçarem “teses

populistas” (narodniks) expressas notadamente nos estudos de Chayanov” in Oliveira (2001:46/47).

É importante ressaltar que o que os teóricos pró-agricultura familiar querem é inserir os agricultores camponeses no mercado, só que isso fere tudo o que foi feito para que o conceito permaneça indelével, não que o conceito apenas seja o mais importante, pois sem a ação das pessoas, se torna vazio; e o que se constata é que não se pode mudar algo que envolve “caráter, comportamento” e sobretudo histórias de vidas e de lutas. FERNANDES (2003) nos diz:

“Ora, metamorfosear significa mudar de forma, mudar de caráter e de comportamento. Esse “mudar de forma” é interpretado como deixar de ser camponês, transformando-se em agricultor familiar. Todavia, se compreendermos que o camponês é agricultor familiar, Então não há mudança de forma, mas há a tentativa da construção de outra identidade com a mudança de caráter e de comportamento.”

Vale lembrar que a produção camponesa não visa o lucro, mas é cultivada para a subsistência e comercialização do excedente e isso, de certa forma, vai de encontro ao sistema capitalista. Por isso segundo FABRINI (2002), o capitalismo insiste na expropriação e desaparecimento dos camponeses, pois essa forma de sustentabilidade não atende à forma de economia vigente. *“É como se o camponês não tivesse lugar no capitalismo, fosse de fora, mas insiste em continuar existindo, ou seja traindo as leis do capital pela luta”.*

Os camponeses vivem da terra e para a terra, hoje buscando na resistência e na aquisição de recursos de sustentação sócio-ambiental. No semi-árido isto se reflete através de uma agricultura numerosa e próspera não mais num combate à seca, mas na busca de inovações, criatividade e lutas de movimentos sociais para uma melhor convivência com o Semi-Árido.

#### **4.2 BREVE CONSIDERAÇÃO HISTÓRICA DO CAMPESINATO BRASILEIRO**

A História do campesinato no Brasil vem de longa data: suas lutas, suas conquistas e porque não, também, suas derrotas? No território brasileiro do século XV estavam

aqui os povos indígenas, organizados numa espécie de “comunismo primitivo”, onde os homens dedicavam-se à caça e à pesca e as mulheres à lavoura e alguns plantios agrícolas. Numa forma de agricultura que servia de complemento alimentar dos povos indígenas que tinham como cultura principal o extrativismo. Mas nos países andinos, astecas, incas e maias utilizavam um modo de produção mais sofisticado e avançado que os espanhóis, que na época era o “modo de produção” asiático. Por isso os portugueses com o seu capitalismo comercial tiveram mais facilidade de implantar aqui o modelo econômico agro-exportador, que tinha como base grandes extensões de terra, monocultura agrícola, exportação e trabalho escravo. Assim, no Brasil, esse modelo teve primazia por mais de trezentos anos e o que se viu foi a morte de milhões de indígenas e na deportação de outros milhões de negros da África, fazendo com que daí se originasse duas classes sociais: a oligarquia rural e os escravos. Muitas lutas sociais ocorreram contra a opressão e a monarquia nesse período, mas não havia uma classe camponesa organizada como entre as populações andinas. Só com a crise do modelo agro-exportador, já no final do século XIX é que inicia-se o surgimento de novas classes sociais no campo.

No mesmo período em que a oligarquia rural estava em decadência (no final do século XIX), começam a surgir os capitalistas do campo, os camponeses (em pequenas unidades de produção e trabalho familiar), os colonos rurais (substituindo, em parte, os escravos) e os assalariados rurais (os peões da pecuária, café, cacau e cana de açúcar). Com maior presença de capital no mundo rural, nasce o campesinato no Brasil e, simultaneamente, a luta pela terra com os acontecimentos de Canudos (BA), e dos Muckers (RS), no século XIX; alguns movimentos camponeses “messiânicos” surgidos em torno de Padre Cícero Romão Batista (CE), e dos Beatos Zé Maria, no Contestado (entre o Paraná e Santa Catarina) José Lourenço, no Caldeirão (CE) e Severino em Pau de Colher (BA), estes últimos no século XX, já fazendo alusão à questão agrária. O Cangaço também foi um movimento camponês de contestação.

Com o crescimento do capitalismo na era da industrialização brasileira, a ascendente burguesia industrial vence a oligarquia rural, mas não desfaz aliança com ela. Nesse período nos Estados Unidos e na Europa, a burguesia industrial dividia a terra com os camponeses, enquanto no Brasil começa a se consolidar o

latifúndio. O mais importante no País para a agricultura era que o mercado interno estivesse abastecido e pudesse exportar e produzir alimento barato para a classe operária. Nesse tempo o campo prover pessoas para as indústrias recém chegadas à Região Sudeste com força de trabalho barata, fazendo assim com que as classes sociais se tornassem mais diferenciadas aumentando o número de assalariados rurais, pequenos proprietários familiares, posseiros, meeiros, parceiros e arrendatários. Para o campesinato brasileiro esse é o momento de uma grande mudança surgindo então movimentos de suma importância, voltados a novas formas de organização: são criados as Ligas Camponesas, os sindicatos de assalariados, as associações civis sem fins lucrativos, as frentes agrárias e os movimentos de agricultores sem terra, especialmente na região Sul do Brasil.

Nas décadas de 1950 e 1960 a luta pela terra foi intensa, ou seja, o campo vivia uma forte agitação social.

Vale fazer memória de um momento muito importante no campesinato brasileiro, sobretudo para o povo nordestino: as Ligas Camponesas. Eram associações de trabalhadores rurais que no princípio era apenas no Estado de Pernambuco, depois na Paraíba, no Rio de Janeiro, Goiás e outras regiões do País. O movimento ficou conhecido em âmbito nacional, mas iniciou-se efetivamente, no engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, entre o agreste e a Zona da Mata de Pernambuco. As Ligas tiveram início no dia 1º de janeiro de 1955 e se autodenominou Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Os setores conservadores, na imprensa e na Assembléia pôs o nome de sociedade de “liga”, pois temiam que fosse uma nova edição de movimento que agiam sob a influencia do Partido Comunista Brasileiro, na época Partido Comunista do Brasil (PCB).

Há várias versões sobre a criação das ligas camponesas. A mais conhecida diz que o objetivo era arrecadar dinheiro para sepultar os mortos que antes eram colocados em valas comuns. Uma outra versão alude que a sociedade recém-criada arrecadava recursos para assistência educacional e de saúde e para aquisição de adubos com o objetivo de produzir melhor, escolhendo justamente como presidente de honra o próprio dono do engenho, Oscar de Arruda Beltrão. Só que a criação da



Liga de Galiléia obteve a reação do filho do dono do engenho, que temia que a estabilidade desse núcleo produtivo viesse interromper uma produção mais lucrativa nas terras do engenho.

A partir de 1959 as Ligas Camponesas se proliferou rapidamente em vários estados, como a Paraíba, Rio de Janeiro e Paraná. Dessas a mais importante foi a Liga de Sapé na Paraíba, que tinha mais expressão e era a maior de todas.

Entre 1960 e 1961, as Ligas organizaram comitês regionais em cerca de dez estados da Federação. No início de 1961 acontece o 1º Congresso Camponês do Brasil em Minas Gerais com o clamor: “Reforma Agrária na lei ou na marra!” Era o governo de João Goulart e ele fora pressionado a assinar o decreto da Reforma Agrária (de 13.03.1963). Com o golpe militar, ocorrendo dias depois, as aspirações dos camponeses se esvaíram.

Em 1962 foi fundado o jornal *A Liga* que não atingia muitos leitores a não ser membros do próprio movimento. Nesse mesmo ano tentou-se criar um partido político denominado Movimento Revolucionário Tiradentes que aos poucos se tornou inviável, esvaziado e com perfil de movimento sindical organizado totalmente voltado para a Igreja e ao Estado.

As Ligas eram associações de caráter civil, voluntário e dependiam de um estatuto e de seu registro em cartório. Elas eram constituídas legalmente bastando aprovar um estatuto, registrá-lo na cidade mais próxima e instalar a sua sede. Tinham como finalidades principais assistências sociais, sobretudo a jurídica e médica, bem como, a de autodefesa, nos casos graves de ameaça a qualquer de seus membros, isso em curto prazo. A médio e em longo prazo, o objetivo era fortalecer a consciência dos direitos comuns, que era não aceitar contratos lesivos, tais como o cumprimento do “cambão” (dia de trabalho gratuito para aqueles que cultivavam a terra alheia) e outros serviços de tipo “feudal”.

As Ligas Camponesas também foi o mais importante movimento de reforma agrária, bem como a formação de grupos armados. Com a ditadura militar de 1964 as ligas foram extintas, pois os principais líderes foram perseguidos, acabando, assim com o sonho camponês.

## **5. O AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CAMINHOS OU DESCAMINHOS PARA O NORDESTE**

O Nos últimos anos tem-se observado no governo que atualmente dirige o Brasil as várias formas de políticas implementadas para o combate à pobreza. É importante ressaltar que no Nordeste isso não é algo novo, mas desde o início do século XX, pois essa Região sempre foi tida como o “calcanhar de Aquiles” que sempre exigiu uma especial atenção por parte de seus governantes devida a pobreza que sempre foi uma de suas peculiaridades atribuída ao clima . Mas foi em 1958 que Celso Furtado ao assumir o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que tinha como idéias principais a colonização das áreas de fronteira, a dinamização da oferta de eletricidade, a transformação da estrutura agrária e a implementação de um processo de industrialização.

Na Constituição de 1946 implanta-se a obrigatoriedade da União para o investimento de 1% da receita total do país na recuperação do Rio São Francisco, conhecido também como Rio da Unidade Nacional. É nesse momento que o Estado de maneira mais efetiva passa a atuar, através de políticas públicas com o objetivo de “superar o atraso” que caracterizava a região.

Na primeira década do século XX, mais precisamente em 1909, houve a implantação do primeiro órgão oficial de combate aos efeitos da seca a IOCS (Inspetoria de Obras Contra a Seca), que dez anos depois passa a se chamar IFOCS, tornando-se depois o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) que tinha como objetivo desenvolver estudos de aproveitamento dos recursos hídricos.

Com a implantação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) existia a grande expectativa econômica, sobretudo no que dizia respeito à industrialização, pois esse era o discurso regionalista que mantinha os interesses dos que detinham o poder. Mas o principal objetivo da SEDENE era atuar especificamente no desenvolvimento dos projetos de irrigação e armazenamento de águas, atuando efetivamente no Vale do Rio São Francisco e criando de maneira processual a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) em 1974. (SOUZA, 2008).

Nessa perspectiva, o que se observa é que o Estado buscava superar a dita condição de atraso que tinha como “bússola” o clima semi-árido, fenômeno natural decorrente da maior parte da região Nordeste. É importante ressaltar que o fator climático contribuía e contribui para uma condição de maior preocupação para o, chamado, desenvolvimento, mas não se pode afirmar que o clima é essencialmente define uma situação social. E aqueles que se utilizam desse discurso tem clareza dessa realidade.

### **5.1 CARACTERÍSTICAS DO SEMI-ÁRIDO**

O Semi-Árido brasileiro tem uma área de 974.752 Km, sendo o maior do mundo comparando à extensão e a densidade demográfica, abrangendo 86% do território da Região Nordeste e a região Setentrional de Minas Gerais onde residem 21 milhões de habitantes (IBGE 2000).

As chuvas são de distribuição muito insuficiente e irregular, contando com a precipitação em média de 750 mm por ano; o total de chuvas que cai nesta região é de 700 bilhões de metros cúbicos por ano. A elevada temperatura e a grande taxa de evaporação são características que repercutem nas demais circunstâncias naturais da zona semi-árida. A composição dos solos rasos dessa região é rochosa acima do cristalino, não permitindo o armazenamento de água da chuva. Sendo assim, a maioria dos rios é intermitente, ou seja, só reaparecem com a abundância das chuvas anuais ou bianuais, havendo poucos rios permanentes. Os mais conhecidos são: o São Francisco e o Parnaíba. ANDRADE NETO (1994) nos diz que:

“Estudos científicos mais recentes mostram que secas costumam ocorrer, em média, a cada dez ou quinze anos e normalmente duram dois e três anos embora haja casos excepcionais onde ela chegou a durar cinco anos, como aconteceu entre 1979/84 que foi uma das mais demoradas e de violenta ausência de chuva na região”

O Semi-Árido tem sido cenário de incoerência e injustiças sociais que toma para si proporção de calamidade nas contínuas estiagens de longa duração quando a

população pobre tem dificuldade de acesso a água e alimentos em quantidade e de boa qualidade. Nessa circunstancia, o que bem se vê são os assistencialismos de maneira paliativa, sobretudo dos que se beneficiam politicamente com isso, alimentando assim a “indústria da seca”. Segundo ANDRADE NETO, (1994):

“A realidade é que o que se vê de fato é a intervenção pública, em todas as esferas, se limitar aos anos mais caóticos, com dinheiro a fundo perdido sem criar uma infra-estrutura que permita ao homem a superação do problema. Essa forma de intervenção só beneficia a classe de água pelos órgãos públicos, só atendendo às residências indicadas pelo prefeito, ou quando esse é de oposição, do deputado ligado ao governo que mantém aquela área como curral eleitoral”.

A utilização da seca em períodos eleitorais faz com que os agricultores se tornassem desesperançosos, deixassem suas terras para “tentar a vida” em cidades onde, trabalhando, pudessem sustentar a sua família. Em muitas localidades onde isso era experimentado, criou-se até um adjetivo para as mulheres, cujos maridos as deixavam para ir trabalhar e, às vezes, não voltavam ou retornavam muito tempo depois. Elas eram chamadas de “viúvas da seca”.

A seca no Nordeste é caracterizada de três formas: seca hidrológica, seca agrícola também chamada de “seca verde” e seca efetiva.

A seca hidrológica é a que tem ocorrência de pouca, mas boa distribuição de chuvas suficientes para a agricultura e as pastagens. A seca agrícola ou “seca verde” acontece quando há abundância de chuva, mas com má distribuição do ponto de vista de tempo e de espaço. Já a seca efetiva ocorre quando há pouca precipitação, a distribuição de chuva é precária e a alimentação das pessoas e dos animais se torna de difícil acesso tornando impossível de manter reservatórios de água para consumo.

O que tem ocorrido nos últimos tempos com a atuação de movimentos sociais e articulações, como o Movimento dos Pequenos Agricultores e da ASA (Articulação no Semi-Árido), no semi-árido, é um trabalho para que não haja mais falta de

esperança na vida dessas pessoas, o desmoronamento dos “currais eleitorais”, a permanência dessas pessoas no campo, não combatendo a seca, mas convivendo com ela.



## 5.2 A INTERVENÇÃO NO DESENVOLVIMENTO NO SEMI-ÁRIDO

- Uma pequena revisão na construção do conceito de desenvolvimento

Segundo Oliveira, o desenvolvimento da indústria e o crescimento dos padrões de consumo têm levado o homem a refletir sobre a vida que leva. Isto é, pensar sobre os efeitos do processo de crescimento econômico no padrão de vida da sociedade. Essa consciência vem florescendo, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial.

Para Oliveira, o debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos. Deve-se acrescentar que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes.

Oliveira afirma que, o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

Os debates sobre o desenvolvimento econômico foram acirrados no período posterior à segunda grande guerra.<sup>1</sup> Segundo Sunkell e Paz (1988), terminado o conflito bélico, que foi resultado de fatores econômicos, políticos e históricos muito profundos, que não cabe analisar aqui, o tema foi encarado por todos os países, principalmente os aliados, que visavam livrar o mundo, e, obviamente, seus próprios territórios, dos problemas que os perseguiram (e ainda perseguem) nos períodos anteriores: guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais. Essa preocupação revelou os anseios de progresso e de melhoria das condições de vida das nações e regiões, que podem ser vislumbrados tanto na primeira Declaração Inter-aliada de 1941, como na Carta do Atlântico, do mesmo ano, que expressavam o desejo de criar condições para que todos os homens possam desfrutar de seguridade econômica e social. Tais intenções foram reafirmadas em diversas.

O documento de maior importância dessa época, no que tange a questões de desenvolvimento, é a Carta das Nações Unidas, divulgada, em abril de 1945, na Conferência de São Francisco. Cabe lembrar que foi em São Francisco, nesse mesmo ano, a criação oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), composta inicialmente por 51 países, cuja finalidade primava pela manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo. Desde sua criação, a ONU está empenhada em: promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural ou de caráter humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor.

- Desenvolvimento no Semi-árido, Políticas Públicas e Pobreza uma Combinação Questionável

Utiliza-se o termo semi-árido como denominação de um tipo climático que tem como característica principal forte insolação, altas temperaturas e uma relativa escassez de chuva. A elevada temperatura e a grande taxa de evaporação são características que repercutem nas demais circunstâncias naturais da zona semi-árida. A composição dos solos rasos dessa região é rochosa acima do cristalino, não permitindo o armazenamento de água da chuva. Sendo assim, a maioria dos rios é intermitente, ou seja, só reaparecem com a abundância das chuvas anuais ou bianuais, havendo poucos rios permanentes.

O Semi-Árido tem sido cenário de incoerência e injustiças sociais que toma para si proporção de calamidade nas contínuas estiagens de longa duração quando a população pobre tem dificuldade de acesso a água e alimentos em quantidade e de boa qualidade. Nessa circunstância, o que bem se vê são os assistencialismos de maneira paliativa, sobretudo dos que se beneficiam politicamente com isso, alimentando assim a “indústria da seca”.

Para efeito de atuação do Estado brasileiro através de suas políticas públicas, várias delimitações do semi-árido nordestino têm sido efetuadas, via de regra, utilizando como suporte critérios naturais, tais como: pluviosidade (a isoietas de 800mm tem sido um dos indicadores mais utilizados para a delimitação regional), déficit hídrico, índice de aridez, risco de ocorrência de seca, etc.

### **5.3 A ASA UMA ARTICULAÇÃO COMO POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO NO SEMI-ÁRIDO**

Segundo a coordenação da Articulação no Semi-Árido a ASA é constituída por um fórum de organização da sociedade civil, bem como ONG's, Igreja, Movimentos Sociais, Associações, Sindicatos, etc. A Asa está presente em todo Semi-Árido brasileiro, que envolve todos os estados nordestinos o Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A experiência da Articulação do Semi-Árido (ASA) – um fórum híbrido, sem hierarquia, onde camponeses e assessores debatem em pé de igualdade – é pouco comum.

Quando, após anos de ditadura, uma certa consolidação da democracia permitiu a livre expressão de opiniões críticas, os trabalhadores rurais do Nordeste começaram a expressar seu sentimento a respeito dos problemas sociais da região. A população estava cansada de uma situação que se prolongava de seca em seca, à qual o governo respondia por medidas de caráter apenas emergencial. Os camponeses e suas organizações (sindicatos, igrejas, associações, ONGs de assessoria e apoio, etc.) contestavam esse modelo, exigindo ações que tivessem um caráter permanente. Em 1993, quando mais uma seca veio castigar o Nordeste semiárido, centenas de trabalhadores rurais de todo o Nordeste ocuparam a sede da SUDENE, no dia 16 de março, exigindo providências eficazes para amenizar a situação da população do semi-árido. A partir daí começou um processo de discussão envolvendo mais de 300 entidades de todo o Nordeste, que culminou com um seminário – *Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro* – realizado entre 10 e 13 de maio de 1993 nas dependências da SUDENE, com a participação de mais de 150 pessoas, representando 112 entidades. Esse *Fórum Nordeste* se propôs a elaborar um programa de ações permanentes, apontando medidas a serem executadas pelo governo para garantir o “desenvolvimento



sustentável” do semi-árido. (SILVA E FREITAS, 1993, in DINIZ, 2002, p. 44). Pois, declarava o documento final:

“A convivência do homem com a semi-aridez pode ser assegurada. O que está faltando são medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública – para corrigir as distorções estruturais seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural” (Fórum Nordeste, 1993 p. 05, in DINIZ, 2002, p. 44).

Conforme Duque, em julho do mesmo ano, estas propostas foram entregues ao presidente da República pela Contag e por federações estaduais de trabalhadores rurais. A partir de então foi criado pelo governo federal o *Programa de Ações Governamentais para o Nordeste*, no qual as *Frentes de Emergência* passaram a se chamar *Frentes Produtivas de Trabalho*, o que indica pelo menos uma mudança de perspectiva, mesmo se as velhas práticas clientelistas resistiram na maioria dos lugares (DUQUE & CIRNE, 2001).

Nos Estados, a discussão prosseguiu, em particular na Paraíba, a partir das preocupações de algumas organizações em dar continuidade ao debate iniciado no Fórum e propor ações coletivas articuladas. Assim essas organizações se uniram para organizar o *Seminário sobre o Semi-Árido*, realizado em Campina Grande, de 18 a 20 de junho de 1993. Foi lá que a ASA nasceu.

As ONGs tiveram sem dúvida um papel de liderança para lançar o movimento. Como vimos anteriormente, as circunstâncias não facilitavam nem a organização, menos ainda a luta dos camponeses. As ações sindicais (com raras exceções) tinham um cunho assistencialista bastante forte. Quanto às comunidades camponesas, além de estarem enfraquecidas pela situação crítica no nível da sobrevivência, pelas migrações, sobretudo dos jovens, tinham dificuldade de emergir dessa cultura clientelista tradicional que acabamos de mencionar. Mas já havia uns sindicatos – como o de Lagoa Seca – que tinham uma outra visão de seu papel, havia comunidades camponesas que mantinham no semi-árido práticas tradicionais de solidariedade e técnicas de preservação da biodiversidade. Também havia na

memória coletiva a lembrança de histórias de resistência e luta, ilustradas por figuras como João Pedro Teixeira e Margarida Alves. Assim, as famílias camponesas se integraram progressivamente no movimento de luta para uma outra agricultura, graças a estratégias que incluíam: informação, formação e capacitação, intercâmbios, resgate da auto-estima e estímulo à participação, organização solidária.

## **6.0 METODOLOGIA**

Levando em conta os objetivos desse projeto, o mesmo se propõe a realizar um estudo mais aprofundado, partindo preliminarmente da análise da Geografia Agrária e sua configuração nas comunidades de Matinha e Poço Cumprido. Em seguida se buscará focar a atuação do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e Articulação no Semi-Árido e a dinâmica das comunidades em face das propostas apresentadas por estes movimentos.

Será analisada, portanto, a contribuição e a atuação política da ASA nas comunidades, mediante possíveis adversidades, que podem desvelar no caráter da Geografia Agrária além das questões naturais que caracterizam dificuldade de sobrevivência no campo, o cunho político-administrativo com o qual o camponês tem ainda que se deparar.

Destacar as nuances da violência enfrentada pelos camponeses do município de Vitória da Conquista, será uma característica inicial da pesquisa. Em seqüência, se estudará a importância da terra para as populações rurais referidas diante do impasse quanto à permanência no campo ainda que as condições climáticas, estruturais, técnicas e políticas estejam na contramão das necessidades de sobrevivência desta população rural.

Os procedimentos para a realização do trabalho constarão de revisão bibliográfica, pesquisa documental nos bancos de dados da CPT, ASA e MPA, realização de entrevistas com os camponeses da Matinha e do Poço Cumprido e aplicação de questionários.

Finalmente, a dissertação será produzida com base nos resultados obtidos através da pesquisa de como as famílias camponesas de Vitória da Conquista, considerando as demais etapas do processo de pesquisa. Com isto se buscará o desvendamento das realidades camponesas no ambiente e com seus valores e vivências, em relação com as demais estruturas que influem na dinâmica do espaço agrário do semi-árido na atualidade.

Nesse sentido a escolha do Materialismo Histórico e Dialético se deu pelo fato de que esse método dá condições de realizar uma pesquisa que busca compreender uma realidade social e espacial na sua essência a partir da contradição das condições fundamentais do modo de produção capitalista, que orienta a estrutura produtiva e condiciona a produção do espaço geografia.

## 7.0 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **O conceito de classe camponesa em questão.** Terra livre. São Paulo/ Ano 19, n. 21 – p.83-88 / Jul./dez. 2003.

ANDRADE NETO, Joaquim Correia. **A questão da seca no Nordeste: um problema ou um dos muitos problemas da região.** Curitiba: V CBG, 1994.

CAUME, David José. **A agricultura familiar no estado de Goiás. Goiânia:** UFG: Quirion, 1992

FABRINI, João Edmilson. **O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato.** Terra livre/ São Paulo. Ano 18, n. 19. P.75 – 94/ Jul./dez. 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O futuro do MPA. Caderno de Estudos do MPA** Mediagraf, 2003.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Cotidiano e História: para falar de camponeses e ocupantes:** Goiânia: Quirion, 1992

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo. Contexto, 4ª edição, 2001 – Caminhos da Geografia.

PICCOLI, Daniel. **Os camponeses brasileiros entre a resistência e a extinção.**

In: Caderno do CEAS n. 204 Mar/Abr, 2003.

Stédile, João Pedro(Org.) **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964.** Expressão Popular. São Paulo 2006.

Martins. **O Cativo da Terra.** José de Souza. 8ª edição. Hucitec. São Paulo , 2004.